

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

NOTAS SOBRE A NOÇÃO DE ANCESTRALIDADE: UMA ANÁLISE EM PERIÓDICOS 2003-2024

Maria da Graça Jacintho Setton, Paula Alexandra Reis Bueno

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13947>

Submetido em: 2025-10-31

Postado em: 2025-11-06 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

NOTAS SOBRE A NOÇÃO DE ANCESTRALIDADE: UMA ANÁLISE EM PERIÓDICOS 2003-2024

MARIA DA GRAÇA JACINTHO SETTON¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7306-9293>

[<gracaset@usp.br>](mailto:gracaset@usp.br)

PAULA ALEXANDRA REIS BUENO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4595-513X>

[<paula.reis@alumni.usp.br>](mailto:paula.reis@alumni.usp.br)

¹ Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil.

² Secretaria do Estado da Educação do Paraná - SEED/PR. Curitiba, Paraná (PR), Brasil.

RESUMO: O objetivo deste artigo é identificar e analisar os usos, significados e sentidos da noção de *ancestralidade* em revistas alocadas no Portal de Periódicos Capes, nos anos 2003 a 2024. Optou-se por uma revisão sistematizada, realizando as buscas dos artigos a serem investigados em duas fases. A primeira fase ocorreu em novembro de 2023 e, a segunda, em abril de 2024, sendo incluídos no estudo 327 documentos. Após a análise de cada um deles, construiu-se 5 categorias que expressam o contexto do artigo e sua abordagem, a saber, *i-estudos afrobrasileiros*, *ii-análise literária*, *iii-estudos dos povos nativos*, *iv-educação e v-outros*. Contamos também com um relevante número de artigos teóricos, que utilizam o conceito de ancestralidade para se repensar outras epistemologias. Verificou-se que o amplo material exigiria análises não só conceituais como temporais. A hipótese que conduziu a pesquisa era que tal mapeamento poderia nos trazer indícios de quando e quais os usos mais frequentes do termo ancestralidade, identificando as particularidades de cada área, grupo ou interesse de pesquisa. Por fim, a análise revelou ainda uma polêmica acerca dos usos políticos da noção.

Palavras-chave: Ancestralidade; Revisão Sistematizada; Área de Humanidades; Sociologia da Cultura, Educação.

NOTES ON THE NOTION OF ANCESTRALITY: AN ANALYSIS IN ACADEMIC JOURNALS (2003–2024)

ABSTRACT: The objective of this article is to identify and analyze the uses, meanings, and implications of the notion of ancestry in journals listed on the Capes Periodicals Portal, from the years 2003 to 2024. A systematic review was chosen, conducting the search for the articles to be investigated in two phases. The first phase occurred in November 2023 and the second in April 2024, with 327 documents included in the study. After analyzing each of them, five categories were constructed that express the context of the article and its approach, namely, *i-Afro-Brazilian studies*, *ii-literary analysis*, *iii-studies of indigenous peoples*, *iiii-education*, and *iiiii-others*. We also counted on a significant number of theoretical articles that use the concept of ancestry to rethink other epistemologies. It was found that the extensive material would require analyses not only conceptual but also temporal. The hypothesis that guided the research was that such mapping could provide us with clues about when and which usages of the term ancestry are most frequent, identifying the particularities. Finally, the analysis also revealed a controversy regarding the political uses of the concept.

Keywords: Ancestry; Systematic Review; Humanities Field; Sociology of Culture; Education.

NOTAS SOBRE LA NOCIÓN DE ANCESTRALIDAD: UN ANÁLISIS EN REVISTAS 2003-2024

RESUMEN: El objetivo de este artículo es identificar y analizar los usos, significados y sentidos de la noción de ancestralidad en revistas alojadas en el Portal de Periódicos Capes, en los años 2003 a 2024. Se optó por una revisión sistematizada, realizada en dos fases. La primera en noviembre de 2023 y la segunda en abril de 2024, incluyendo en el estudio 327 documentos. Tras el análisis de cada uno de ellos, se construyeron 5 categorías que expresan el contexto del artículo y su enfoque, a saber: i-estudios afrobrasileños, ii-análisis literario, iii-estudios de los pueblos nativos, iiiii-educación y iiiiii-otros. También contamos con un número relevante de artículos teóricos, que utilizan el concepto de ancestralidad para repensar otras epistemologías. Se verificó que el amplio material requeriría análisis no solo conceptuales sino también temporales. La hipótesis que guiaba la investigación era que dicho mapeo podría proporcionarnos indicios de cuándo y cuáles son los usos más frecuentes del término ancestralidad, identificando las particularidades de cada área, grupo o interés de investigación. Por último, el análisis reveló además una polémica en torno a los usos políticos de la noción.

Palabras clave: Ancestralidad; Revisión Sistematizada; Área de Humanidades; Sociología de la Cultura; Sociología de la Educación.

INTRODUÇÃO

De uns 20 anos para cá, a área das ciências humanas vem se deparando com o uso constante da noção ancestralidade. Nas matérias jornalísticas, nos movimentos sociais negros e nativos e ainda no aumento de coletivos no universo digital sobre pautas e reivindicações, a presença fiel desse vocábulo nos instigou a compreender mais de perto seus diversos usos e significados¹. Por outro lado, se fizemos uma breve busca nos catálogos editoriais observamos o número de livros, clássicos e contemporâneos, que discutem a temática étnica afro-brasileira e dos ameríndios, muitos deles premiados como a trilogia de *Escravidão* de Laurentino Gomes, *Torto Arado* de Itamar Vieira Junior e, a sequência de reflexões de Ailton Krenak tais como *A Vida Não é Útil*, *Futuro Ancestral* e *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*.

Segundo o IBGE, no censo de 2022, mais de 20 milhões de brasileiros se autodeclararam pretos e 92 milhões, pardos. Entre os povos nativos um total de 1.600 mil se declararam indígenas. Se o aumento populacional entre 2010 e 2022, no Brasil, foi 6,5%, é relevante registrar que o crescimento de negros, pardos e indígenas foi, respectivamente, 16,5%, 11,8% e 107%. Deparamo-nos, pois, com o aumento significativo de brasileiros se autoidentificando com os povos originários e ou negros nos últimos censos demográficos brasileiros. O que estaria por detrás dessas novidades?

À primeira vista podemos atribuir tal crescimento a partir dos anos 2000 com o fortalecimento e maior visibilidade dos movimentos sociais negros e indígenas no país. A capacidade de mobilização e agitação nas redes sociais e imprensa escrita, contribuiu para que autoridades governamentais dessem algumas respostas. Isto é, em decorrência desses esforços, visando à inserção e equiparação dos grupos marginalizados ao longo da história, criou-se algumas leis para reparar as desigualdades, como é o caso da Lei nº 12.711/2012 conhecida popularmente como “lei de cotas”, regulando as ações afirmativas no âmbito educacional (Machado, Francischetto, 2021.).

Além disso, nessa mesma década, o governo de Luís Inácio Lula da Silva, chancelou, primeiramente, diretrizes para incluir no currículo oficial escolar a obrigatoriedade temática da história, cultura afro-brasileira e indígena bem como veio a regulamentar o reconhecimento, identificação e demarcação das terras quilombolas; em seguida, em 2012, ainda no governo Lula, foram instituídas

¹Links de coletivos digitais no Instagram e Facebook:

https://drive.google.com/file/d/1GZ_DRkhnIy2UXOUqJmqvNR_iOnG6MLyA/view?usp=sharing

diretrizes para uma educação escolar quilombola². O Estatuto da Igualdade Racial também compõe este cenário. Promulgada em julho de 2010, a Lei nº 12.288, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS), procura, por meio de iniciativas do Estado e da sociedade civil “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”.

Nesse sentido, seria natural que o tema ancestralidade do ponto de vista cultural e político estivesse à tona e que a academia se debruçasse nos debates a respeito dos direitos sociais e jurídicos que comunidades étnicas deveriam acessar. Tudo leva a crer que como continuidade de uma luta antiga de garantias de oportunidades iguais na educação e na saúde, em territórios e em suas cosmovisões, comunidades nativas e afro-brasileiras sensibilizaram parte da sociedade que passou a estudar com mais profundidade essas ações. Uma coincidência temporal também foi identificada. O período que configura a investigação 2003-2024 - coincide com as jurisprudências, acima relatadas, sinalizando a relevância de tal tema e seus desdobramentos. Em outras palavras, estamos vivendo um contexto sócio-histórico específico em que já não é mais possível ocultar a demanda por esclarecimentos e por políticas públicas de reparo às populações que ao longo de nossa história não foram contempladas ou foram dizimadas.

METODOLOGIA

A pergunta orientadora do estudo foi: “Quais os usos, significados e sentidos atribuídos ao termo ancestralidade em estudos das ciências sociais e humanas, literatura, linguística e arte? Optou-se por realizar tal investigação em artigos revisados por pares e indexados em bases de dados com reconhecimento internacional.

Utilizou-se uma metodologia que se inspirou em uma Revisão de Escopo, técnica que permite mapear temáticas, classificando conceitos e identificando lacunas no conhecimento³. Segundo Arksey, O'Malley (2005) a Revisão de Escopo envolve 5 etapas: a) elaboração da pergunta de pesquisa; b) identificação de estudos relevantes; c) seleção dos estudos; d) registro dos dados; e) sumarização dos resultados. A revisão foi realizada em duas fases, dezembro de 2023 e abril de 2024. O mapeamento procedeu-se em revistas A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, segundo a classificação da CAPES. A investigação se realizou no Colégio de Humanidades deste órgão, nas Áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes.

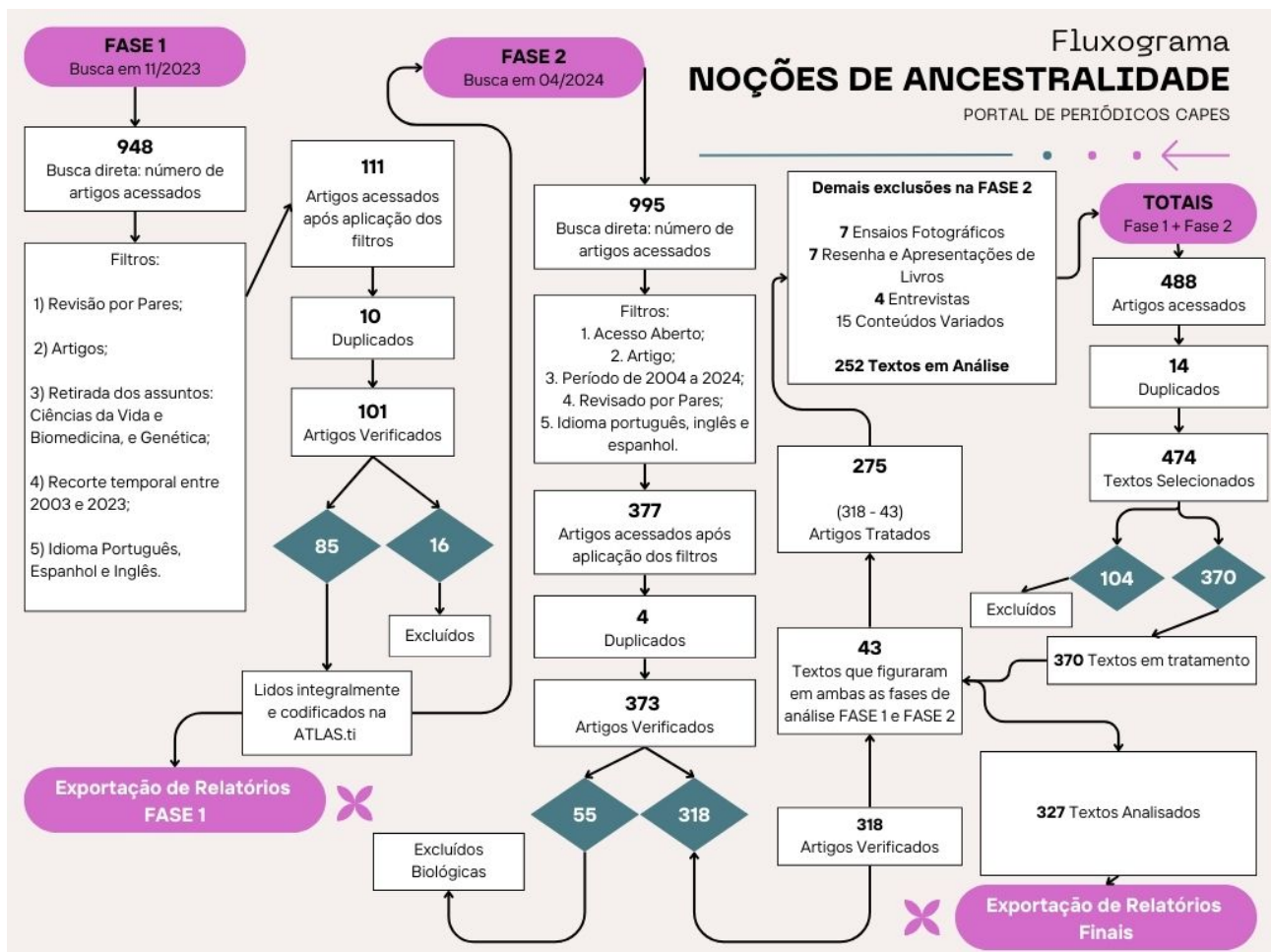
Na primeira fase de coleta dos documentos, após a aplicação de filtros tal como idiomas português, espanhol e inglês, recorte temporal de 2003 a 2023 bem como a retirada de assuntos relativos a ciências da vida, biomedicina, genética e com o afastamento de artigos duplicados encontramos 101 artigos para leitura, dos quais alguns foram excluídos por apresentarem temas não compatíveis com o estudo. Em 2024 houve uma atualização na plataforma Portal de Periódicos Capes, gerando o interesse em perceber as mudanças ocorridas no resultado das buscas. Desta forma, em abril de 2024, realizou-se nova investigação, com os filtros: 1. Acesso Aberto; 2. Artigo; 3. Período de 2004 a 2024; 4. Revisado por Pares; 5. Idioma português, inglês e espanhol. Destes, 43 já haviam figurado na fase 1. Excluiu-se textos exclusivamente biológicos, ensaios fotográficos, resenhas e apresentações de livros, conteúdos distantes da realidade brasileira e entrevistas. Por fim, analisou-se 327 artigos.

A listagem completa dos artigos investigados pode ser acessada no link: <https://drive.google.com/file/d/1kwyEDZQLWbYRhJr9xiDrEVPEMUb55mYx/view?usp=sharing>

²Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura da África, dos afrodescendentes e dos povos indígenas nas escolas brasileiras. E resolução CNE/CEB n/8, sobre a educação quilombola. E resolução CNE/CEB n/8, sobre a educação quilombola; Estatuto da Igualdade Racial. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília: Presidência da República, 2010.

³ A metodologia se assemelha a revisão de escopo por apresentar abrangência multidisciplinar, integrando diversas abordagens e mapeando a amplitude do tema. Entretanto, distancia-se dele devido o indexador de busca ser constituído de um único termo, não traçando relações entre assuntos.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção de textos



Fonte: Imagem original do estudo (CANVA 24)

Primeiros Achados

Desde o início a classificação temporal nos chamou atenção. Vê-se que desde 2018 aumentou o número de publicações na ordem de mais de dez por ano com um aumento significativo a partir desta data até 2024, perfazendo entre 2018 e 2024 um número relevante de documentos. As áreas que concentram o maior número de publicações foram as relativas à cultura afro-brasileira e às análises literárias. Dentre as reflexões, sobressaem as ponderações críticas acerca da liberdade de expressão religiosa e a salvaguarda de territórios produtores de identidade, tais como espaços de culto e matas nativas. Grande parte do apoio teórico dos trabalhos se encontra em uma bibliografia decolonial colaborando com a divulgação de novas epistemologias. Polêmicas acerca da noção de raça, posicionamentos políticos diversos sobre os usos de pesquisas genéticas e cotas raciais foram também detectados. Contudo, não temos intenção de julgar nenhuma das abordagens reveladas; ao contrário, a proposição aqui é somente mapear os discursos sobre a noção de ancestralidade.

Em relação aos temas de investigação mais pesquisados, verificou-se 145 reflexões sobre o universo afro-brasileiro, destacando-se dos outros temas. Assim sendo, foi necessário classificá-lo em

três aspectos: a - religiosidade (terreiro/festas/símbolos); b - quilombos e suas práticas de resistência cultural, englobando a oralidade; manifestações culturais como capoeira e, c - performances, música, dança e gestual do corpo, filmes/peças teatrais, artefatos, bem como material difundido pelo Instagram e Facebook. Em seguida, a análise literária de poemas, livros e prosa de autores negros se destaca com 72 estudos; reflexões sobre os povos nativos são expressivas com 53 documentos; e, educação com 33 apontamentos, divididos entre discussões sobre uma pedagogia antirracista e formação de professores; por fim, a categoria outros obteve 6 artigos, sobre a ancestralidade de gaúchos, italianos e holandeses no Brasil e, sobre arquivos pessoais e políticas públicas sobre o patrimônio cultural imaterial⁴. Vale a pena comentar que encontramos 8 artigos de natureza mais teórica e reflexiva⁵. Textos polêmicos, mas que ao mesmo tempo nos instigam a compreender o contexto social em que vivemos acerca da ancestralidade genética somam 10 ao todo. Nota-se, pois, a ampliação do interesse do termo em diversos campos do conhecimento o que nos convida para a tarefa de observar suas peculiaridades. O Quadro 1 abaixo oferece uma síntese desses achados.

Quadro 1: Síntese artigos por categorias e ano de publicação

Ano	Perfom.	Quilombo	Oralidade	Capoeira	Religião	Anal. Liter.	Educação	Nativos	Demais	Total
2003						1				1
2004					1			1	2	4
2007	1								1	2
2009					1				1	2
2010		1						1	1	3
2011								1	1	2
2012					1	1		1	1	4
2013		1				2	1	1	1	6
2014					1	2		1		4
2015	1	2		2	1	2		2	1	11
2016					2		2		1	5
2017	5	1	1		3	2		2	1	15
2018			1	3	3	6	1	3	2	19
2019	7	2		1	5	7	4	5	1	32
2020	11	7	3	1	10	8	5	7	1	53
2021	5	5	1	5	4	14	6	9	4	53
2022	6	6	1	1	5	11	6	7	4	47
2023	12	6		2	7	15	8	11	1	62
2024						1		1		2
Total	48	31	7	15	44	72	33	53	24	327

Fonte: Quadro original do estudo “Notas sobre o conceito de ancestralidade”.

Estudos Afro-brasileiros

Com 145 documentos a problemática afro-brasileira teve que ser sub identificada em três categorias que se interpenetram. Ou seja, quando estamos nos referindo à religiosidade, aspectos sobre oralidade, danças, festas e terreiros se amalgamam sendo necessário ter em mente a riqueza e a diversidade de um aglomerado cultural a que nos referimos. Como diria Santos (2004, [p. 149]), ancestralidade, nos estudos afro, refere-se a um processo que envolve cultura material e imaterial, presentes em um mito de origem de um grupo/coletivo, mas atualizadas constantemente. Ancestralidade tem um caráter dinâmico, com plasticidade. Nada a ver com inércia e mesmice. Nesta direção Conrado, Barros (2022, [p. 235]), afirmam não se tratar de uma categoria abstrata, mas acionada como referência a práticas culturais, saberes familiares ou comunitários vinculados aos antepassados em aprendizagens geracionais.

⁴ Lindnert, 2012; Zanini, 2007; Moraes e Bressan, 2018; Leiro, 2021; Bandeira e Juvêncio, 2022; Amaral, 2015.

⁵ Conrado, Neves Barros, 2022; Santos, Santos, 2022; Silva, Dias, Santos, 2021; Silva, 2023; Lenz, Ribeiro, 2021; São Bernardo, 2018; Freire Dantas, 2021; Santos, 2022; Bernd, 2016.

No que se refere à religiosidade, o culto de símbolos⁶ fazem reverência a imagens e representações em rituais de vida e morte⁷. Sobre a manifestação de festejos em espaços sagrados como os terreiros constatamos que a congada⁸, o calundu⁹, a Festa do Rosário¹⁰, São Benedito¹¹ bem como o instrumento tambor¹² surgem como rituais e ou aspectos relevantes. Os documentos que abordam os terreiros, falam, sobretudo, dos espaços do candomblé¹³ e em menor número a umbanda¹⁴ e Tambor de Mina¹⁵. Textos que trazem os templos nos quais se exerce resistência em relação ao preconceito¹⁶ e adquirem para muitos uma representação de abrigo¹⁷, são vistos como locais onde se cultuam divindades¹⁸, realizam cerimoniais¹⁹, além de transmitirem um saber de tradição²⁰. Silva, Soares (2020, [p. 6]), sustentados por Muniz Sodré (2017), compreendem ancestralidade como uma continuidade entre deuses, ancestrais e descendentes. Para eles, essa continuidade se manifesta nos ritos e nos mitos e se assenta na terra-mãe, dando identidade ao grupo em espaços de culto. Os artigos também citam Eduardo Oliveira (2009) lembrando a necessidade de interpretar o regime de significados pelo território e signos de cultura através do olhar da semiótica, tais como as ontologias Bantu-Kongo (Santos, 2022). Segundo Oliveira (2012, [p. 3]), ancestralidade é uma categoria analítica, um conceito-chave para se compreender uma epistemologia que interpreta seu próprio regime de significados a partir do território que produz seus signos de cultura.

Ainda que espalhados pelo Brasil, esses estudos se concentram nos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Maranhão onde a figura feminina possui protagonismo²¹. A perspectiva dos estudos decoloniais sistematizam a discussão de alguns deles²². Vale lembrar que segundo o Censo 2022, o estado do Rio Grande do Sul apresenta ser o ente da federação que mais declarou possuir espaços de culto afro. Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, encontra a maior proporção de habitantes que declarou ser adepto às religiões do candomblé e da umbanda. Na mesma direção, entre os 50 municípios brasileiros com mais praticantes dessas crenças, 42 estão no RGS.

As problemáticas da oralidade²³ e da capoeira²⁴ estão presentes e se retroalimentam, pois, ambas são vistas como estratégias pedagógicas informais de se transmitir e valorizar um conhecimento ancestral, antirracista²⁵ auxiliando na construção identitária das comunidades negras²⁶. O relato memorialístico traz o cotidiano da rotina, período de plantio e colheita, trabalho no campo, brinquedos e brincadeiras, rezas, partos e, acima de tudo, a coletividade²⁷. A força educativa da capoeira é o foco de muitos artigos, levando-a muitas vezes como estratégia pedagógica exitosa²⁸.

⁶ Para facilitar a leitura, as referências estão em nota de rodapé: Macedo, 2021; Alho, 2023; Nunes, 2020; Ferreira Neto, Braga, 2019; Lima, Fonseca, 2009; Almeida, Boaro, 2016; Santos, 2004

⁷ Porto, *et al.*, 2012; Sampaio, 2023; Delfino, Carvalho, 2020; Perez, Marcos, 2020

⁸ Costa, *et al.*, 2020; Cezar, 2012

⁹ Marcussi, 2018

¹⁰ Monteiro, 2014; Moreira, 2020

¹¹ Santos, Azevedo, 2018

¹² Marques, Fola, 2017; Silva, Serraria, 2019

¹³ Mandarino, Golberg, Machado, 2019; Barros, Azevedo, 2021; Imbiriba, 2021; Silva, 2016; Silva, Barreto, 2023; Marques, 2023

¹⁴ França, 2022; Purificação, 2022

¹⁵ Alves, Martins, 2017; Abreu, 2021

¹⁶ Cardoso, 2023; Santos, Almeida, 2018; Velame, 2020; Domingos Mejia, 2015; Cardona, 2017; Alves, Martins, 2017

¹⁷ Oliveira, Santana, 2019; Imbiriba, 2021; Mandarino, *et al.*, 2019; Chaveiro, Souza, 2023

¹⁸ Cezar, 2021; Lima, Lima, 2022

¹⁹ Cossa, 2019; Purificação, 2022

²⁰ Queiroz, 2022; Santos, 2023; França, 2022; Lima, Lima, 2022; Altivo, 2020; Santos, 2022; Pereira, Oliveira, Farias, 2020; Moreira, 2020

²¹ Silva, Barreto, 2023; Barros, Azevedo, 2021; Lima, Lima, 2022

²² Cardoso, 2023; Imbiriba, 2021; Marques, 2017; Marques, 2023

²³ Furtado, 2017; Amorim, Santos, Barbosa, 2020; Silva, Santana, 2022; Cordeiro, *et al.*, 2021; Navarro, Martins, Gouveia Neto, 2021; Silva, Santos, 2020. Silva, Florencio, Pederiva, 2018

²⁴ Amaral, Santos, 2015; Machado, Araujo, 2015; Silva, Lima, 2023; Lima, 2021

²⁵ Costa, Voss, 2018; Soares, Jorge, 2021; Soares, Silva, Dias, 2020; Freire Dantas, 2021; Silva, Santana, 2021; Macedo, Oliveira, Peçanha, 2019; Silva, Falcão, 2023

²⁶ Amorim, Santos, 2020; Navarro, *et al.*, 2021; Silva, Santos, 2020

²⁷ Santos, Cunha, 2022; Silva, Santana, 2021; Pereira, *et al.*, 2020; Martiello, 2021

²⁸ Abib, Cordeiro, 2018; Costa, Voss, 2018; Oliveira, Gonçalves Junior, Lemos, 2018

No que se refere aos quilombos, a população brasileira, segundo o Censo 2022 é da ordem de 1.300.186 e, se encontram sobretudo no norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. De acordo com os artigos estes espaços são vistos como localidades em que o aprendizado²⁹ se dá na condução cotidiana da vida material e imaterial³⁰. Destacam-se especialmente os estudos que relatam lutas pela demarcação de territórios³¹, a construção de uma identidade específica³² e o resgate de cosmovisões³³ nas quais narrativas históricas³⁴, arqueológicas³⁵ e documentais, legitimam demandas³⁶.

Constatando a riqueza do acervo cultural legado pelos afrodescendentes a categoria performance adquire uma relevância no levantamento. Isto é, 50 estudos abordam práticas culturais nas suas mais diferentes manifestações. Seja no teatro³⁷, no cinema³⁸, na música³⁹, na dança⁴⁰, no gestual do corpo⁴¹, produção de moda/estética⁴²; arte em ateliês⁴³ turismo, gestão cultural⁴⁴ utensílios como bordados e cerâmicas⁴⁵ é notável a variedade de análises que tem como foco uma performance cultural híbrida de valores tradicionais e modernos que se configura como um espetáculo. Verificamos também que tais performances tem certo protagonismo nas mídias digitais em assuntos como o turismo, o candomblé, raça e gênero, moda e gestual corporal.⁴⁶

Análise Literária

A segunda temática que colaborou com artigos para essa investigação é a da análise literária, com 72 reflexões. Tais publicações ainda que a partir de 2012 mantivessem a constância de 2 artigos por ano, crescem de 2018 em seguida, registrando 65 documentos a partir dessa data. Trata-se de um diversificado material de análise que abarca a crescente literatura afro-brasileira, suas raízes, dando destaque a um protagonismo feminino e religioso⁴⁷.

A obra de Conceição Evaristo, em poemas como *Vozes Mulheres*, ou nos livros *Ponciá Vicêncio* e *Olhos D'Água*⁴⁸, constroem uma interlocução que autoriza o discurso de denúncia e resistência de uma memória há muito em silêncio. Reflexões sobre dor, violência, maternidade, vida doméstica e solidão são marcas inconfundíveis da autora. Seu trabalho é objeto de análise a partir de um referencial mitológico africano e, por vezes, universal como também à luz de um rompimento com

²⁹ Santos, 2013; Paiva, 2020; Carril, 2017; Oliveira, 2020; Nolasco, Silva, Nascimento, 2023; Fagundes, Arcuri, 2023; Brito, 2023; Guimarães Paiva, 2020

³⁰ Nolasco, Silva, Nascimento, 2023; Santos, Barbosa, 2020; Patiño Casraño, Hernandez, 2021; Santos, 2021; Pereira, Péres, Fernandes Marcos, 2020

³¹ Silva, Caetano, 2015; Dias, 2019; Ibiapina, *et al.*, 2021; Cordeiro, 2020; Miranda, 2021; Moraes, Costa, Jesus, 2022; Moraes, 2022; Cruz, Torres, 2023.

³² Bispo dos Santos, 2015; Schiffler, 2015; Ferreira, Eiterer, Miranda, 2020; Pimentel, Silva, 2022; Santos, Keitel, Rocha, 2022; Oliveira, Andrade, 2023; Santos, Souza, 2020; Santos, 2019

³³ Santos, 2013; Bispo dos Santos, 2015; Santos, Keitel, Rocha, 2022; Amarantes, Macedo, 2023

³⁴ Souza, Bonomo, 2021; Fagundes, Arcuri, 2023, Almeida, Pedroso, Campos, 2020; Andrade, *et al.*, 2022; Negruzzi, 2022; Patiño Casraño, Hernandez, 2021; Paiva, 2020; Moraes, 2022; Miranda, 2021

³⁵ Patiño Casraño, Hernandez, 2021; Negruzzi, 2022; Moraes, Costa, Jesus, 2022

³⁶ Paiva, 2020; Miranda, 2021; Andrade, *et al.*, 2022

³⁷ Liparotti, 2020; Sales, 2021; Vieira, 2022; Oliveira, Araujo, 2019

³⁸ Crespo, 2022; Gomes Ghil, Vieira Júnior, Santos Alves, 2023; Greca, Kuhn, 2023

³⁹ Silva, Caldeira, 2021; Von Simson, 2007; Silva, Silva, 2015; Nogueira, Andrade, Vásquez, 2017; Santos, 2017; Florencio, Santos, Oliveira, 2020; Corradini, Mello, 2020; Monteiro, 2022; Hinkel, Maheirie, 2022; Marques, 2023; Berezoschi, 2020; Pelegrine Vieira, 2022; Abdala, *et al.*, 2019; Nascimento, 2023

⁴⁰ Nunes Neto, 2019; Nogueira, 2019; Duarte, 2022; Oliveira, Berezoschi, 2022; Pellegrini Vieira, 2022; Puziol Junior, 2023; Abdalla, Oliveira, Coutinho, 2019; Bogado, Souza, Alves Junior, 2023; Silva, 2021

⁴¹ Soares, 2017; Cunha, 2017; Santos, Rocha, 2019; Souza, 2022; Nascimento, 2023

⁴² Dias, Garcia, 2020; Romero, Silveira, Gedrat, 2023; Bogado, Souza, Alves Junior, 2023; Barbosa, 2023

⁴³ Leonel, 2020

⁴⁴ Oliveira, 2020; Hercog, 2023; Lírio, Nunes Freitas, Rocha, 2019

⁴⁵ Conceição, Rocha, 2019; Silva, *et al.*, 2022; Aulicino, Vieira, Silla, 2023, Martins, 2023

⁴⁶ Oliveira, 2020; Messias, Danon, 2017; Volkar, Butturi Júnior, 2020; Migliano, Bruno, 2020; Correa, *et al.*, 2020; Batista, 2021; Teixeira, Carvalho, 2021; Silva, Gutmann, 2023

⁴⁷ Mathias, 2017; Sales, 2021; Vieira, Deplagne, 2021; Cardoso, 2023; Ferracini, 2020; Oliveira, 2014

⁴⁸ Daibert, Rodrigues, 2019; Samyn, 2019; Santos, 2019; Campello, 2021; Champagnat, 2021; Souza, Rocha, Fonseca, 2023; Freitas, Santos, 2018; Oliveira, Camelo, Gonçalves, 2022; Oliveira, 2019; Silva, Conte, 2019; Santos, 2020; Freire, Azevedo, Santos Junior, 2022; Silva, 2023; Passos, Nigro, 2019; Silva, Ramalho, Lima, 2023

os padrões de uma escrita hegemônica, trazendo a experiência do olhar negro. Para Freitas, Santos (2018, [p. 130]), refletir sobre a ancestralidade no Brasil é refazer caminhos de esquecimento e omissões e, na contemporaneidade é refazer caminhos de resistência e ressignificação. Os autores também ressaltam um novo momento de produção e difusão do campo da literatura negra brasileira com conceito estético, identitário e autoral específico.

Neste sentido, em conformidade com Eduardo Oliveira (2007), Silva (2022, [p. 144]) observa a questão da ancestralidade sendo experiência, corpo e sentido, incorporando a tradição e devires africanos. Uma forma de redimensionar a negritude. O campo ancestral seria transformado em potência epistemológica de legitimação, resistência e enfrentamento. Assim sendo a ancestralidade se ancoraria na contemporaneidade e teria sua positividade na construção de novas subjetividades negras no Brasil.

Ana Maria Gonçalves e seu premiado livro *Um Defeito de Cor*, é prestigiada pela busca de uma memória que se entrelaça com mitos, histórias e desterritorialização transatlântica (Bernd, 2012.). Essa obra foi escolhida entre os 101 melhores livros de literatura brasileira no século 21, inspirando exposições de arte e enredo de escolas de samba, garantindo a sua autora a entrada na Academia Brasileira de Letras em 2025. Luciene Marcelino Ernesto, também conhecida como Lu Ain-Zaila, tem seu livro *Sankofia* e um dos seus contos em especial, *Ode à Ludelina* são lembrados⁴⁹. A autora busca restaurar a subjetividade negra e feminina abrindo uma nova frente na literatura, o afrofuturismo. Trata-se de um movimento cultural, estético e político que constrói uma interface entre a tecnologia e uma ficção especulativa. Lélia Gonzalvez e seu ativismo e interseccionalidade, Cidinha da Silva e sua religiosidade, Griot Marise de Santana e sua trajetória religiosa e acadêmica, bem como obras menos conhecidas tais como *Lili*, de Livia Natalia, *Mareia* de Miriam Alves, *Mãe Beata* de Iemanjá, com *Caroço de Dendê*, Laura Castro, as poetizas Maria Teresa, em *Ruídos* (2004) e *Negrices* em Flor, além de Maria Grazia Calandrone, e mesmo *A cabeça de Salomé*, de Ana Paula Tavares e Noêmia de Souza, entre muitas, são expressões de uma literatura com forte potencial mobilizador. A obra de Mel Duarte é repensada em solo, em *Negra Desnuda Crua* e *Reflexo Cru*. Por fim, nessa direção, Moura de Quadros (2020) chama atenção para o trabalho de Maria do Carmo dos Santos (1954-), importante figura na literatura afrodescendente do Rio Grande do Sul. As obras *Coisa de Negro* e *Sopapo Poético: Pretessência* acompanham uma linha editorial afro-brasileira. Por fim, reflexões sobre os contos *Afrodísíacos* e *Memórias* de Cristiane Sobral.

Por outro lado⁵⁰, Carola Saavedra, chilena, Odete Semedo, da Guiné-Bissau, Noêmia de Souza, de Moçambique, Scholastique Mukasonga, de Ruanda, Paulina Chiziane e Ondjaki, de Angola, Igiaba Scego, na Somália trazem respiros de uma nova frente feminina de protagonismo, oferecendo luzes à questão regional e de gênero em experiências internacionais. Obras que desafiam a comparar autoras de destaque acerca da imagem do universo doméstico⁵¹ trazem perspectivas decoloniais, resistência e resiliência em suas escritivências⁵².

A literatura e os esforços de homens não foram menos relevantes no levantamento. Lembramos aqui as biografias de Mahommah Gardo Baquaqua e de Abdias do Nascimento e Manuel Zapata Olivella, realizadas por Silva (2022) e Santos (2014), respectivamente. Ambos os autores trazem reflexões sobre a vida de resistência de afrodescendentes e suas vivências marcadas por religiosidades excludentes. Para Moreira (2003) e Caldas (2015), a escrita de Mia Couto, autor moçambicano, nosso contemporâneo, ressoa como uma narrativa poética, um canto que faz perpetuar em eco a voz ancestral dos africanos. Seja no poema *Ualalapi* ou nos livros *Estórias Abensonhadas*, *Jerusalém*, *Varanda Frangipani*, *Lendas e Mitos*, Mia Couto traça uma escrita performática em que passado e presente se compactuam para garantir a sobrevivência de memórias ancestrais sendo por vezes comparado com Guimarães Rosa⁵³. Esse autor é também protagonista de um estudo (Silva, Schnor, 2021.). Na mesma

⁴⁹ Bernd, 2012; Tszesnioski, Queluz, 2023; Moura, Almeida, 2020; Alves, Silva, 2023; Santos, 2019; Souza, Carvalho, 2023; Bispo Santos, Santos, 2022; Moura Quadros, 2021; Magalhães, Alencar, 2023; Jesus, 2020; Peterle, 2023; Cammarata, 2018; Ramos, Freitas, 2023; Rocha, 2022; Soares, Silva, 2023; Silva, Santos, Nascimento, 2021

⁵⁰ Vivian, 2021; Timbane, Souza, 2022; Fernandes, 2018; Mineiro, 2020; Virgens, Gomes, 2023; Moura de Quadros, 2020; Batista, 2020; Sales, 2021; Freitas, Mendes, 2021

⁵¹ Batista, 2020; Sales, 2021; Freitas, Mendes, 2023

⁵² Trata-se de uma noção que reflete um tipo de literatura em que a vivência da autoria deixa marca indelévelis.

⁵³ Ferreira, 2022; Carvalho, 2023; Caldas, 2015; Moreira, 2003; Pagoto, Pereira, 2021

tradição de valorizar os cultos africanos, Silva (et al., 2021), com um ensaio sobre masculinidades, Calado (2015) apresenta análise do livro *Rioseco* de Manuel Rui, resgatando o momento do funeral em várias culturas africanas como ocasião da passagem entre vida e morte. Trazendo em seu bojo a não linearidade do tempo, o culto aos ancestrais permite a compreensão do mundo como uma continuidade cíclica. Como lembra Silva (2022) a categoria ancestralidade esgarça a noção hegemônica de tempo e subverte uma temporalidade da compreensão eurocêntrica do velho como ultrapassado, retomando o entendimento de um tempo multidirecional.

A poesia de Manoel de Barros⁵⁴, de Oliveira Silveira, no universo indígena e no candomblé, respectivamente e, os contos acerca da masculinidade africana registram experiências de uma ancestralidade marcada pela exclusão. Jorge Amado, em *Pastores da Noite* resgata uma africanidade na Bahia em meados do século XX e, o premiado *Torto Arado* de Itamar Vieira Junior, reatualiza a cultura negra popular da região. A novela de Jorge Chagas, uruguaio, sobre a dançarina Rosa Luna, a oralidade dos pretos velhos no caribe, bem como as narrativas dos pretos da *Tenda de Luz*, no Pará, pontuam gestos, vozes, numa performance poética também para crianças. Histórias marcando o ponto de transmutação do passado, presente e futuro, estando todos eles no aqui e agora. Por fim, mas não por ordem de importância destacamos aqui o legado de Osmundo Pinho, Mestre Borel, André Rebouças, Luís Gama que marcam o pensamento antirracista desenvolvendo uma identidade positiva para os afrodescendentes ao longo de nossa história. Música e poesia também fazem parte do acervo aqui descrito com a análise da canção *Mãe África* e os versos da festa *ladrões de Marabaixo*, no Amapá.

Povos Ameríndios

As discussões relativas aos povos ameríndios são também numerosas. Ao todo coletamos 53 artigos que tratam de temas variados; destes, a maioria foi publicada entre 2018 a 2024. Dividimo-lo em i-educação; ii-performance e iii- resistência territorial. Pode-se notar que a reflexão sobre a necessidade de uma educação multicultural nas escolas indígenas é uma preocupação latente. Os textos relatam experiências entre os nativos da nação BALATIPONÉ-UMUTINA, no Mato Grosso, TENTEHAR, no Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Sul e, na Amazônia brasileira e colombiana organizando narrativas de mitos, histórias do passado e do presente, numa tentativa de construir uma pedagogia bilíngue e intercultural⁵⁵. Uma educação formal e informal em que práticas educativas auxiliem na condução da vida cotidiana, no trabalho e na saúde. A formação de professores indígenas nos cursos de licenciatura no Ceará e Pará também está presente⁵⁶. Seja compreendendo as representações do professorado ou suas trajetórias, a intenção é identificar pontos estratégicos para a manutenção de uma herança material e imaterial. Reflexões acerca da difícil construção identitária em escolas em contextos de desterritorialização⁵⁷, de exclusão e ou invisibilidade indígena no Uruguai (Sans, 2022.), marcam a participação de estudos em língua espanhola.

No campo da performance destacam-se a contribuição dos contos sobre São Paulo de Daniel Mundurucu⁵⁸ e de Ailton Krenak na busca pelo reconhecimento da literatura e filosofia ameríndia do Bem Viver como forma de luta e resistência a uma cosmovisão eurocêntrica. Carvalho, Lourenço (2023) trazem também uma revisão da literatura ameríndia. Tem-se notícias que as civilizações humanas, indígenas, ribeirinhos, população do campo e da floresta, negros e quilombolas fornecem tecnologias milenares capazes de salvar o planeta e possibilitar a permanência da vida e da espécie humana na Terra⁵⁹. Também vimos o teatro como espetáculo e uma estética/moda que⁶⁰ apresentam iniciativas de grupos em que o resgate identitário se oferece como tática de legitimação

⁵⁴ Carvalho, 2018; Matos, 2013; Leonardeli, et al., 2022; Tannus, 2022; Luz, Magalhães, 2022; Bonatti, 2021; Rocha, 2021; Rodrigues, Barros, 2018; Dias, Kühlewein, 2023; Toigo, Kohltausch, 2021; Sousa, Khan, 2022; Silva, Fonseca, Oliveira, 2023; Millán, 2013; Soares, 2017; Souza, 2020; Barbosa, 2018; Reis, Maciel, Pereira, 2021

⁵⁵ Nedel, 2004; Monzilar, 2020; Sá, Almeida, 2022; Almeida, 2023; Pinho Burlamaqui, Souza Aguiar, 2024; Mendonza, Oliveira, 2021; Silva, 2017; Santos, Santos, 2020

⁵⁶ Silva, Nascimento, 2020; Alves, Tamboril, 2023; Holanda, Silva, 2023

⁵⁷ Velasco Ortiz, Renteria, 2019; Garcia Munoz, Micolta Montano, 2018; Sans, 2022; Biazi, 2021; Rodrigues de Andrade, 2019; Patiño Casraño, Hernandez, 2021

⁵⁸ Silveira, 2019; Malafaia, 2021; Reis, 2023

⁵⁹ Silva, 2022; Guerra, et al., 2023; Carvalho, Lourenço, 2023; Marques, 2023; Navarro, Martins, Gouveia Neto, 2020

⁶⁰ Leal, 2023; Haderchpek, Silva, 2018; Watanabe Barbosa, 2020; Zanete, 2022

cultural. Tem-se também o relato da festa de Parintins/AM, que revela um hibridismo entre a religiosidade nativa e cristã⁶¹. Vale registrar três textos que se debruçam sob a dança, o gestual do corpo e cosmovisões nativas em espaços das mídias digitais como práticas que permitem um resgate de contato com um passado⁶².

Por fim, temos os artigos que se ocuparam de denunciar políticas de exclusão. Entre os povos KAINGANG em uma perspectiva histórica⁶³, a vivência e os filmes do grupo MYBIA Guarani⁶⁴, no sudeste e sul do Brasil, ou mesmo na Amazônia como um todo, observa-se um esforço coletivo de ressignificar identidades (Moreira, 2018). Por outro lado, temos também relatos de experiências bem-sucedidas de manutenção de território e o usufruto das riquezas naturais entre os Maués, no Amazonas, na coleta e fabrico do guaraná⁶⁵ e, no Pará, na comunidade de Juruti-Velho e o empreendimento ALCOA.

Um outro grupo de artigos aborda a dimensão sociopolítica de resistência, chamando atenção para o caráter de um coletivo e indivíduo mobilizado (Makuxi, 2022). Essas ponderações se dedicam a refletir sobre a experiência de povos em territórios diversos (Morrone, 2020). Arruti (2011), trabalhando com o histórico de luta da população de ascendência negro e indígena, no estado do Alagoas ou entre os Charruas, no Rio Grande do Sul (Kent, Santos, 2012.); Sarra (2020) com os índios guaranis, na região de Jujuy, na Argentina; Patiño Castaño, Hernández (2021) em Cauca, Colômbia; Zabala, (2021) em Salta, Páez et al. (2021) no Valle Calchaquí, os dois últimos também na Argentina, e Fausto (2017), relatando a vida cerimonial no Alto Xingu, dão destaque para a dimensão mitológica e ou a cosmovisão dessas populações celebrando diferentes epistemologias.

Nesta direção, Pouget e Ramos (2004, [p. 8]), veem o vernáculo ancestral vinculado recorrentemente a princípios de descendência nas mais diferentes culturas humanas. A própria palavra derivada do latim ANTECEDERE – preceder, vir antes - traz em si essa ideia de descendência. No entanto, alertam que este tema é mais comum em algumas culturas do que em outras. Nesse sentido destacam os nativos do Rio Negro, os HUPD'ÄH, que recorrem a um aspecto processual e temporal dos sentidos místicos, no narrar e no benzer, de diversos seres, ancestrais, espíritos, animais, pessoas e outras etnias e, mais recentemente, brancos com quem coabitam. Tudo leva a crer que o conceito de ancestralidade, como nos fala Mouriès (2014, [p. 21]), coloca-se efetivamente como uma arma política eficaz e de duplo sentido: de um lado, afirma a legitimidade cultural e territorial indígena e negra frente aos atores não indígenas e não negros, especialmente o Estado; por outro, desenha linhas definidoras de uma indigenidade e ou negritude genérica. Mas alerta, tal uso tenderia a ocultar a diversidade e complexidade de suas cosmologias, produzindo uma ilusão referencial.

Estudos sobre Educação

A temática de uma pedagogia emancipada e decolonial na Educação também colaborou com o estudo com 33 reflexões, divididas entre documentos a favor de um currículo antirracista e propostas para formação de professores. Os trabalhos concentram suas publicações a partir de 2018, tomando maior impulso a partir de 2020.

Este item relata vivências em escolas públicas em que o ensino de história e cultura negra⁶⁶ foram forjados para alimentar um debate acerca da resistência e importância dos povos afro-brasileiros, bem como na utilização de livros didáticos em história e língua portuguesa com essa problemática⁶⁷. Os currículos universitários também foram questionados nos estudos⁶⁸, pois afirmam que a introdução de novos conteúdos serviria para alargar a compreensão e a legitimação de novas epistemologias. Os terreiros de candomblé, as escolas e a comunidade familiar também surgem como parceiros na

⁶¹ Correa, Torres, 2022

⁶² Chagas, Da Cruz, Viana Bartniski, Gonzáles, 2021; Brunière, Minchoni, 2021; Gonzalez, 2021; Navarro, Martins, Gouveia Neto, 2020

⁶³ Gualdêncio, *et al.*, 2019; Biazzi, Padilha, 2021; Rodrigues de Andrade, 2019; Pucarelli, Filgueiras Mathias, 2021; Moreira, 2018

⁶⁴ Dias, Silva, 2013; Tombini Wittmann, 2023

⁶⁵ Weil, Witkoski, 2023; Sousa Silva, *et al.*, 2020; Morrone, 2010; Arruti, 2011; Kent, Santos, 2012; Sarra, 2020; Castaño, Romero, Zapata, 2023; Páez, *et al.*, 2021; Fausto, 2017; Pouget, Ramos, 2015; Vaquer, Pey, Gerona, 2015; Mouriès, 2014; Makuxi, 2022

⁶⁶ Nascimento, Abib, 2016; Miranda, Damascena, 2019; Ferreira, Carvalho, 2020; Campos, 2023; Grützmann, 2023

⁶⁷ Ifadiréo, *et al.*, 2019; Escardoia, Santos, 2023; Sá, 2021

⁶⁸ Franco Oliveira, 2022; Falkembach, Baptista Carle, Leite Domenice, 2022; Jesus, 2022; Silva, Soares, 2020

promoção de uma nova pedagogia em que o foco seria um aprendizado ancestral⁶⁹, oral e territorialmente demarcado⁷⁰, por certo, embasados em um material que se ocupa em sistematizar entendimentos que se apoiam em outras racionalidades⁷¹. A perspectiva da resistência política e a reivindicação de uma epistemologia não eurocêntrica se fazem presentes em artigos variados dando espaço para reflexões sobre uma pedagogia africana⁷².

Sobre a formação de professores encontramos 12 iniciativas. Semelhante ao item acima, observa-se uma preocupação em oferecer material didático emancipador, antirracista e decolonial nas licenciaturas de música e dança. Vimos que cursos universitários como os de Pedagogia e Antropologia⁷³, apostam em transformações na busca por um maior reconhecimento dos povos africanos. Por fim, no conteúdo da matemática inspirando-se nos mitos Yorubá⁷⁴ e em filmes nas salas de aula, a preocupação em introduzir debates acerca da historicidade afro-brasileira, suas cosmovisões enfraquecidas pela hegemonia europeia⁷⁵ também são iniciativas que se somam a experiências didáticas em Museus, como por exemplo, o caso do Museu Comunitário em que a história das Américas e da África são o foco. Em outras palavras, artigos que restauram a força de um pensamento que se quer visível e comprometido com uma resistência política. Escola, terreiros, sua oralidade⁷⁶ e estratégias de manutenção de uma tradição viva espelham-se nessas outras iniciativas, garantindo e exemplificando uma preocupação cada vez mais presente na construção de mentalidades antirracistas no plano individual e coletivo.

Vale comentar dois artigos. Ambos com autoria de uma figura acadêmica de destaque no tema da ancestralidade. Trata-se de Aldibênia Freire Machado, professora da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Fortaleza, Ceará. Ambos os artigos foram publicados em revistas específicas da área, apresentando uma reflexão acerca de uma metodologia educativa afro referenciada nos currículos e nas vozes de ancestrais femininos (Machado, [2019] 2021). Trata-se de uma proposta curricular baseada na perspectiva de uma epistemologia nova, em seres ancestrais como ODU que representam saberes de agora e do passado (IFÁS). Tem como interlocutor Eduardo Oliveira (2007), aqui já citado, cujos escritos criticam, mas não ignoram a leitura euro centrada. A busca por uma filosofia africana intenciona levar a uma emancipação humana e antirracista nos currículos escolares, uma pedagogia afro-brasileira, onde teria lugar uma cosmovisão material e imaterial da história e experiência africana.

Artigos Teóricos

Deixamos para o final a análise dos artigos da categoria teóricos pois eles nos sugerem um entendimento da noção de ancestralidade. Nessa direção, como diria Conrado e Neves Barros (2022) acerca da categoria afro-indígena, a noção ancestralidade não é uma abstração remetida a um passado indígena e/ou africano. Trata-se de um gesto de desmarcação ética, estética, política e decolonial, impondo-nos um outro olhar que plasme diferentes ideias para se pensar o tema⁷⁷. Refletir ou colocar em uso a noção de ancestralidade implicaria, portanto, numa alteração em nossa responsabilidade teórica⁷⁸. A ancestralidade pode ser lida como uma categoria de alteridade e seus princípios referenciam-se como fontes axiológicas sobre um conceito de justiça construído coletivamente. Para além do dilema epistêmico entre ciência ou ancestralidade, o olhar de uma ciência em diálogo com o conhecimento ancestral de comunidades negras e indígenas seria fundamental para o desenvolvimento de uma cultura

⁶⁹ Pastore, 2018; Melo, 2021

⁷⁰ Souza, 2016; Monteiro, Reis, 2023; Zimmermann, Meurer, Guilherme, 2023

⁷¹ Santos, Lage, 2019; Rodrigues, Pereira, 2021; Sá, Pinho, 2022; Amaral, Siqueira Junior, 2023

⁷² Temos notícia da Escola Afro-Brasileira Maria Filipa, em Salvador, que propõe em todo seu currículo uma proposta de educação afro-brasileira que inspira a transformação. <https://escolamariafelipa.com.br/>

⁷³ Silva, Soares, 2020; Samia, 2021; Silva, Laranjeira, Santinho, 2022; Barreto, 2023; Almeida, 2013

⁷⁴ Bigois, Quintaneiro, 2023; Miranda, Melo, 2020

⁷⁵ Rosa, 2020; Machado, 2019; Freitas, Ramos, Costa, 2020

⁷⁶ Ramos, Lima-Payayá, 2022; Feitosa, 2023; Silva, Felix, 2021

⁷⁷ Santos, Santos, 2022; Santos, 2022; Silva, Dias, Santos, 2021; Silva, 2023; Conrado, Neves Barros, 2022

⁷⁸ Lenz, Ribeiro, 2021; São Bernardo, 2018; Santos, 2022

antirracista, propondo, por certo, ontologias distintas daquelas hegemônicas euro-ocidentais⁷⁹. Tais ontologias ainda que deslocadas do continente africano, foram arrastadas para territórios afro-diaspóricos, fundamentando paradigmas de uma pluriversalidade. Por fim, Bernd (2016) e Silva (2023), assumem um ponto de vista relacional propondo metodologias em que um olhar aberto a novos entendimentos enriqueceria o debate acerca da ancestralidade.

A Questão Genética

Se para as ciências biológicas raça não existe e é consensual nas ciências sociais que o conceito de raça está superado, por que a insistência, em particular do movimento negro, em usá-lo como um paradigma de luta contra a opressão de base racial/étnica? Por questões políticas, já que o racismo existe e é uma prática política que tem por base não apenas a existência das raças, mas que as “não brancas” são inferiores. (Oliveira, 2004, p. 59)

Poderíamos iniciar este item com as considerações de Oliveira, acima, em epígrafe. Tais palavras são capazes de alertar para a polêmica na qual os estudos acerca da ancestralidade genética introduzem no debate atual. Para Oliveira (2004), não interessa o que os estudos biológicos trazem como evidências científicas. Trata-se sim de demarcar a identidade racial ou étnica dos afro-brasileiros derivada de uma construção social, cultural e política. Tem a ver com uma história de vida, com socializações e disposições adquiridas de uma cultura.

Gaspar Neto e Ventura Santos ([2009] 2011) e Michel Kent, Ventura Santos (2012), têm também como alvo central de suas reflexões a ancestralidade do ponto de vista genético. Calvo-Gonzales, Rocha (2010) e Sans (2022) abordam igualmente a questão étnica pelos exames dos genes ancestrais. Todos os textos trazem uma questão polêmica, jogando luz sobre o racializar / radicalizar as discussões sobre cotas étnicas, na educação, na saúde e nos perfis territoriais sob o ponto de vista bipolar, negros e brancos. Propõem de uma certa forma, dessacralizar o quesito cor, seu essencialismo e identitarismo. Não se esquivando do imbróglie político das desigualdades de oportunidades entre brancos e descendentes negros, os artigos nos impõem uma discussão atual e necessária sobre as diferenças de oportunidades históricas dessas populações.

Pena, Bortolini (2004), na mesma direção, lembram o alto nível de mistura genética das populações brasileiras, em especial de pessoas classificadas como pretas e pardas. Calvo-Gonzales e Rocha (2010), ainda tratando de questões controversas, em seu estudo sobre a doença falciforme, em Salvador, relatam que a população local reproduz 3 formas de discursos acerca das raças. Intolerância no interior de famílias miscigenadas também demonstra um preconceito estrutural difícil de solucionar (Schucman et al., 2017.). Este debate não se encontra apenas no Brasil, mas também está presente na Colômbia, no Uruguai e na Argentina⁸⁰.

Ora como estratégias de controle hierárquico no interior das comunidades indígenas ou afro-brasileiras (Fausto, 2017.), ora como mecanismo de demanda territorial como Arruti (2011) nos relatou, entre todos já citados, os autores apontam o imbróglie teórico contraditório das classificações que estabelecem fronteiras nítidas entre etnias no Brasil. Chamando atenção para a necessidade de ordenamentos jurídicos por territórios, tais grupos lançam mão de narrativas históricas ancestrais. Em outras palavras, uma história de pertença é requisitada a partir de provas arqueológicas, etnográficas (Pouget, Ramos, 2004.), ontológicas (Makuxi, 2022.) ensejando novas epistemologias (Bernd, 2016.). Dando conta de conhecimentos de matriz indígena e ou africana os artigos acima atestam o quanto é difícil separar cartesianamente a mistura de carga transcendente e imanente dos humanos e da natureza contida no termo ancestralidade.

⁷⁹ Santos, 2022; Freire Dantas, 2021; Silva, Dias, Santos, 2021; Bernd, 2016

⁸⁰ Loango, 2020; Prieto, Floriani, 2019; Machado, Francischetto, 2021; Brandão, 2013

ALGUMAS COLOCAÇÕES FINAIS

Como vimos nas reflexões acima, ancestralidade não é só genealogia ou genética. Ela é complexificada com história, cultura, política, religiosidade, tradição, práticas materiais e imateriais. Muda nossa forma de ver a sociedade, criando caminhos diferentes, mostrando que não há uma única forma de ver o mundo, mas que existem várias possibilidades e algumas delas seriam as negras e as indígenas, em suas diversidades. Silva (2023, [p. 108]), apoiando-se em Eduardo Oliveira (2012), compreende ancestralidade como uma categoria filosófica, ligada às experiências múltiplas do ser negro e poderíamos estendê-la para os povos ameríndios. Tais experiências não encontrariam determinações, separações temporais e ou territoriais. Seria uma categoria que reúne não apenas os antepassados diretos do ser, mas todos aqueles que vieram antes deles, sejam humanos, animais, vegetais e minerais, elementos e divindades. Isto é, práticas dos antepassados constantemente atualizadas, prenes de plasticidade e dinâmica sócio-histórica. Teríamos que pensar o vocábulo, portanto, como um elemento que organiza as experiências nas comunidades, um recurso discursivo engajado em uma luta social, fornecendo bases emocionais, políticas e legítimas de ação e reivindicação. Trata-se, pois, de um elemento discursivo, como já vimos, de grande potencial político.

Mais ainda, ancestralidade é produto de uma construção do conhecimento que surge como uma espécie de marcador de outros sentidos no debate contemporâneo (Ortiz, 2024). Não se trata apenas de um enunciado, mas também aponta um sujeito, “quem” enuncia. A noção de ancestralidade, rapidamente conquistou legitimidade e passou a fazer parte do léxico da atualidade, espalhando-se da esfera da política ao conhecimento científico. Portanto, ancestralidade é uma noção que encerra um posicionamento político de resistência. Ancestralidade se refere a uma posição política que determinadas “minorias” ocupam na sociedade; grupos subalternos que buscam se afirmar enquanto tal. De certa forma, como nos lembra Ortiz, é a entrada recente desses atores que tensionam o debate no qual discursos distintos e deslegitimados reivindicam reconhecimento.

No interior dessa cruzada parecem revigorar elementos que sustentam ou elevam a sabedoria ancestral sem se dar conta que a sociedade moderna e ou pós-moderna se estabeleceu contra as amarras da tradição que prendia os sujeitos a uma seara autoritária. Hobsbawn, Terrence (1984) nos lembra que as tradições são inventadas, isto é, são estratégias de controle e poder social e que acabam dando conforto e justificativas de vida. São práticas que contraditoriamente levam a um movimento desfavorável à liberdade individual dando surgimento aos fundamentalismos, às visões e ou cosmovisões proféticas, engessando pensamentos e condutas autônomos, dificultando o estabelecimento de um multiculturalismo ou mesmo universalismos.

Assim, estaríamos diante de certa ambiguidade ao considerar uma visão de mundo ancestral, abdicando das escolhas individuais? Ou ao contrário, estaríamos ainda presos a um raciocínio eurocentrista?

O debate é longo e difícil e extrapola os limites desse texto. Não obstante, tudo leva a crer que o sentido e o uso do vocábulo ancestralidade e a condição moderna não se oporiam. De certa forma se complementariam, pois, seu fortalecimento só foi possível a partir da reflexão emancipadora de uma hegemonia colonial e branca. Ancestralidade, em uma nova perspectiva epistemológica, não se vê no passado, mas o resgata para se ter um presente que restaure uma história, uma identidade, territórios, uma cultura material e imaterial que se iguala ao eurocentrismo sem demandar uma hegemonia.

REFERÊNCIAS

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 8, n. 1, p.19-32, 2005. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1364557032000119616>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ARRUTI, José Maurício Andion. Agenciamentos políticos da "mistura": identificação étnica e segmentação negro-indígena entre os Pankararú e os Xocó. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 2, p. 215–254, 2011.

BERND, Zilá. Compartilhar as Américas: resignificando a americanidade numa perspectiva relacional. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 50, n. 5, p. s35-s41, 2016

CALADO, Karina de Almeida. O narrador performático em *Rioseco*, de Manuel Rui Monteiro. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 19, n. 37, p. 121-135, 2015

CALDAS, Tatiana Alves Soares. Do recado da terra aos sinais das estrelas: as lendas e mitos como marcas identitárias em Mía Couto. *Outra Travessia*, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 1, n. 20, p. 185-196, 2015.

CALVO-GONZÁLEZ, Elena; ROCHA, Vera. “Está no sangue”: a articulação de ideias sobre “raça”, aparência e ancestralidade entre famílias de portadores de doença falciforme em Salvador, Bahia. *Revista de Antropologia*, v. 53, n. 1, p. 277-320, 2010

CARVALHO, Eliana Márcia dos Santos; LOURENÇO, Renata. Literatura indígena: entre memórias. *Educação em Revista*, v. 39, p. 1-12, 2023.

CENSO 2022. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20de%202022,4%20pontos%20percentuais%20\(p.p.\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20de%202022,4%20pontos%20percentuais%20(p.p.).>)> Acesso em 22/07/2025.

CONRADO, Mônica Prates; NEVES BARROS, Thiane de Nazaré Monteiro. A categoria “afro-indígena” na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico. *Horizontes Antropológicos*, v. 28, n. 63, p. 227–246, maio 2022.

FAUSTO, Carlos. Chefe jaguar, chefe árvore: afinidade, ancestralidade e memória no Alto Xingu. *Mana*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 653–676, 2017.

FREITAS, Ricardo Oliveira de; SANTOS, Sandra Andrade dos. Ancestralidade negro-brasileira no romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. *SOLETRAS*, n. 36, p. 128-147, 2018.

GASPAR NETO, Verlan Valle; SANTOS, Ricardo Ventura. A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre "Luzia", um crânio pré-histórico do Brasil. *Mana*, v. 15, n. 2, p. 449–480, out. 2009.

HOBBSAWM, Eric J. TERRENCE O. R. *A invenção das tradições*, São Paulo: Paz e Terra. 1984

KENT, Michael; SANTOS, Ricardo Ventura. "Os charruas vivem" nos Gaúchos: a vida social de uma pesquisa de "resgate" genético de uma etnia indígena extinta no Sul do Brasil. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 341–372, jan. 2012.

MACHADO, Adilbênia Freire. *Filosofia Africana do Encantamento tecida por mulheres negras: poéticas de re-existências para descolonização do conhecimento*. *Revista de Filosofia Aurora*, [S. l.], v. 33, n. 59, 2021.

_____. *Odus: Filosofia Africana para uma metodologia afro referenciada*. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, [S. l.], v. 10, p. 3–25, 2019.

MACHADO, Amanda Misael; FRANCISCETTO, Gilsilene Passon Picoretti. Cotas raciais e heteroidentificação: análise dos parâmetros utilizados para a validação da autodeclaração. *Revista Quaestio Iuris*, [S. l.], v. 14, n. 04, p. 2131–2156, 2021.

MAKUXI, Jaider Esbell. Autodecolonização: uma pesquisa pessoal no além coletivo. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 19, n. 37, p. 17-25, 2022

MOURA DE QUADROS, Dênis. Há escritoras negras gaúchas? Escrivivência e ancestralidade na obra poética de Maria do Carmo dos Santos (1954-). *Revell – Revista de Estudos Literários da UEMS*, [S. l.], v. 1, n. 24, p. 15–39, 2020.

MOREIRA, Terezinha Taborda. O trânsito da memória. *Scripta*, v. 7, n. 13, p. 356-367, 2003.

MOREIRA, Jussara Tânia Silva. O povo Mongoió: da lembrança ao esquecimento nas representações dos moradores da cidade de Itapetinga - BA. *Revista RBBA: Revista Binacional Brasil Argentina, Vitória da Conquista*, v. 7, n. 2, p. 13-38, 2018.

MORRONE, Ariel Jorge. Legitimidad, genealogía y memoria en los andes meridionales: los Fernández Guarachi de Jesús de Machaca (pacajes, siglos XVI-XVII). *Mem. am., Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, n. 18-2, p. 211-237, 2010.

MOURIÈS, Thomas. ¿Con o sin ancestros? Vigencia de lo ancestral en la Amazonía peruana. *Anthropologica*, v. 32, n. 32, p. 17-40, 17 jul. 2014.

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Ed. Gráfica Popular, 2007.

_____. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Fortaleza: LCR, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Epistemologia da ancestralidade. *Entrelugares: Revista de Sociopoética e Abordagens Afins*, [S. l.], v. 1, p. 1–10, 2009.

ORTIZ, Renato. Nota sobre a ideia de lugar de fala. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], n. 60, p. 288-295, 2024.

PAÉZ, María Cecilia.; MARTÍNEZ, Alejandro; RIEGLER, Francisco Eduardo; MARTÍNEZ

PATIÑO CASRAÑO, Diógenes; HERNÁNDEZ, Martha C. Arqueología e história de africanos y afrodescendientes en el Cauca, Colombia. *Revista Colombiana de Antropología*, [S. l.], v. 57, n. 1, p.125-162, 2021

POUGET, Frederic Mario Caires; RAMOS, Danilo. Ancestrais, tartarugas e moisés – interface dialógica entre arqueologia e antropologia na etnografia dos hupd’äh (Rio Negro). *Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP*, v. 8, n. 1[9], p. 6–22, 2015.

SANS, Monica. Invisibilidad Indígena en el Uruguay: Genética, Historia y Género. *RUNA, archivo para las ciencias del hombre*, v. 43, n. 2, p. 191-216, 2022

SANTOS, Marcos Ferreira. Cultura imaterial e processos simbólicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Brasil*, n. 14, p. 139–151, 2004.

SANTOS, Denilson Lima. Abdias do Nascimento y Manuel Zapata Olivella: intelectuales del siglo XX en el sendero de la discursividad ancestral yoruba y bantú. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 44, p. 223–248, 2014

SANTOS, Tiganá Santana Neves. Ressonâncias e ontologias outras: pensando com o pensar Bantu-Kongo. *Trans/Form/Ação*, v. 45, n. spe, p. 149–168, 2022

SARRA, Sonia Elizabeth. “Nosotros estábamos acá antes”: pluralizando la historia a partir del mito de origen de los guaraníes en Jujuy (Argentina). *Etnográfica*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 465-484, 2020.

SILVA, Arealde Costa da. As experiências indígenas no contexto do bem viver na última década. *Das Amazônias*, Rio Branco, v. 5, n. 1, p. 76-94, 2022a

SILVA, Carlos Alberto Silva da; SOARES, Rosana. A filosofia da ancestralidade na educação das relações étnico-raciais nas universidades catarinenses. *Perspectiva*, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 1–13, 2020.

SILVA, Gilberto Ferreira da. Beber de outras fontes: metodologias decoloniais para continuar conhecendo. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 23, n. 1, p. 224-239, 2023.

SILVA, Gustavo de Castro da; SCHNOR, Paulo Alziro. Guimarães Rosa e Portugal. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 56, n. 1, p. 41-52, 2021

SILVA, Joelcio Jackson Lima; FELIX, Thayná da Silva. Aspectos básicos sobre o sujeito individual e a coletividade nas religiões de matrizes africanas. *Revista Calundu*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 156-168, 2021

SILVA, Leandro Souza Borges. Reexistência negra: Apontamentos sobre ancestralidade/ contemporaneidade na (auto)biografia de Mahommah Gardo Baquaqua. *FronteiraZ. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária*, [S. l.], n. 28, p. 108–123, 2022.

SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SOUZA, Mateus Raynner André de. Histórias Afro-atlânticas, afro-poéticas e corporeidades afro-atlânticas. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 225, p. 106-119, 2020

ZABALA, Catalina. Memoria y resistencia en los relatos de la copla del Valle Calchaquí (Salta, Argentina). *RUNA, archivo para las ciencias del hombre*, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 265-282, 2021.

Submetido: XX/XX/XXXX

Aprovado: XX/XX/XXXX

Editor(a) de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Formulário sobre Conformidade com a Ciência Aberta

versão 29 de junho de 2020

Por meio deste formulário os autores informam o periódico sobre a conformidade do manuscrito com as práticas de comunicação da Ciência Aberta. Os autores são solicitados a informar: (a) se o

manuscrito é um preprint e, em caso positivo, sua localização; (b) se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente citados e referenciados; e, (c) se aceitam opções de abertura no processo de avaliação por pares.

Preprints

Depósito do manuscrito em um servidor de preprints reconhecido pelo periódico.

O manuscrito é um preprint?

Sim - Nome do servidor de Preprints: SciELO Preprints

DOI do Preprint:

Não

Disponibilidade de Dados de Pesquisa e outros Materiais

Autores são encorajados a disponibilizar todos os conteúdos (dados, códigos de programa e outros materiais) subjacentes ao texto do manuscrito anteriormente ou no momento da publicação. Exceções são permitidas em casos de questões legais e éticas. O objetivo é facilitar a avaliação do manuscrito e, se aprovado, contribuir para a preservação e reuso dos conteúdos e a reprodutibilidade das pesquisas.

Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis em sua totalidade e sem restrições ou assim estarão no momento da publicação?

Sim:

os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito

os conteúdos já estão disponíveis

os conteúdos estarão disponíveis no momento da publicação do artigo

Segue títulos e respectivas URLs, números de acesso ou DOIs dos arquivos

dos conteúdos subjacentes ao texto do artigo (use uma linha para cada dado):

Não:

dados estão disponíveis sob demanda dos pareceristas

após a publicação os dados estarão disponíveis sob demanda aos autores – condição justificada no manuscrito

os dados não podem ser disponibilizados publicamente. Justifique a seguir:

Aberturas na avaliação por pares

Os autores poderão optar por um ou mais meios de abertura do processo de *peer review* oferecidos pelo periódico.

Quando oferecida a opção, os autores concordam com a publicação dos pareceres da avaliação de aprovação do manuscrito?

Sim

Não

Quando oferecida a opção, os autores concordam em interagir diretamente com pareceristas responsáveis pela avaliação do manuscrito?

Sim

Não

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.
Autor 2 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1:

Conceptualization;
Formal Analysis;
Project Administration;
Supervision;
Writing – Original Draft;
Writing – Review e Editing.

Autor 2:

Conceptualization;
Formal Analysis;
Investigation;
Methodology;
Project Administration;
Resources;
Supervision;
Writing – Original Draft;
Writing – Review e Editing.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.